

PLANO DE AÇÃO – Grupo de Trabalho Setorial Transporte Rodoviário de Cargas

Introdução:

O objetivo deste plano de ação é fortalecer o diálogo social, aperfeiçoar a regulamentação em vigor no setor do transporte rodoviário de cargas (TRC) e reforçar a formação específica em SST. Esta ação prioritária de combate às mortes e invalidez permanente deverá ater-se também a um trabalho de fiscalização e vigilância por parte do governo, bem como o desenvolvimento de campanhas específicas, estudos e pesquisas e criação de linhas de crédito especial. A atenção desta ação deverá se estender ao setor em sua totalidade, com foco especial nas micro e pequenas empresas.

1 - Fortalecimento do Diálogo Social

Estabelecer um diálogo permanente entre empregadores e trabalhadores (Entidades Patronais e de Trabalhadores), envolvendo o setor com a seguinte pauta de ações:

a) Revitalizar a atuação das CIPAs **e dos SESMT;**

- **estudar a aplicação dos requisitos da NR 5 aos trabalhadores autônomos;**
- **trabalho na NR 5 para adaptação às particularidades do setor (composição, responsabilidades etc);**
- **priorizar o funcionamento e efetividade das CIPAs nas ações de fiscalização no setor.**

b) Ampliar o processo de negociação coletiva em SST;

- **contemplar nos acordos coletivos do setor itens de SST (ex: respaldo das empresas ao trabalho das CIPAs, limitação da forma de pagamento por comissão vinculada ao cumprimento de prazos de viagens);**

- **Acordo coletivo de cargas voltado para SST estabelecido na região metropolitana de SP será retomado e pode servir de referência para outros Estados;**
- **estudar estratégias para negociação coletiva entre empresas transportadoras e autônomos.**

c) Reuniões com empresas estatais e privadas envolvidas no PAC, agências reguladoras e ministérios (ver item f);

- **BR Distribuidora, CONAB, Fabet (Fundação Alfredo Bósio de Educação em Transporte – Concórdia-SC), distribuidoras;**
- **consultar Jófilo quanto a sugestões de empresas a serem contatadas.**

d) Estabelecimento de metas de curto, médio e longo prazo de redução de acidentes;

- **estudar o estabelecimento de metas, a partir de indicadores estabelecidos internacionalmente (levantamento inicial pela bancada dos empregadores – CNT), iniciando pelas rodovias federais, concedidas e não concedidas;**
- **estudar o estabelecimento de metas de curto prazo para as rodovias e pontos críticos com maior índice de acidentes (dados da Polícia Rodoviária Federal).**

e) Estimular a criação de Grupos de Trabalho Regionais onde haja maior sinistralidade, mantendo interlocução permanente com as comissões existentes;

- **iniciar pelas UF definidas como prioritárias (item 4) e expandir conforme o desenvolvimento do trabalho do GTS-TRC.**

f) Articulação com as demais entidades governamentais e privadas que possam colaborar na implementação do Plano de Ação.

- ANTT, Ministério dos Transportes (DNIT, PARE), Ministério das Cidades (Denatran, Contran), Polícia Rodoviária Federal, Ministério Público do Trabalho (contato pela bancada de governo – convite prioritário para a próxima reunião do GTS-TRC, a princípio, em Brasília: ANTT e Denatran)

- Polícias Rodoviárias Estaduais (em um 2º momento)

- ABCR (Associação Brasileira das Concessionárias Rodoviárias) (contato pela bancada dos empregadores – CNT)

- universidades

g) Buscar estabelecer termo de compromisso com grandes empresas contratantes de serviço de transporte para que evitem contratação de transportadoras que desrespeitem os limites de jornada de trabalho ou que realizem contratação de autônomos de forma irregular.

2 - Regulamentação:

a) Aperfeiçoamento e ampliação da legislação, bem como introdução de Recomendações Técnicas de Procedimentos (RTPs), a exemplo da proposta da Fundacentro para a indústria da construção. Há necessidade de normas e procedimentos específicos para o setor transporte.

- compilar as iniciativas legislativas em andamento na Câmara dos Deputados – compilação encaminhada pela NCST em 18/05/09 (envio para componentes do GTS pela coordenação do grupo);

- necessidade de articulação com a Comissão de Infraestrutura do Senado e com a Comissão de Viação e Transportes da Câmara;

- proposta de criação de subcomissão da Comissão de Viação e Transportes da Câmara para sistematizar as diversas proposições sobre TRC em tramitação – 1º contato pela CNT;

- regulamentação da profissão de motorista (PL nº 99/2007) e Estatuto do Motorista (PLS nº 271/2008);

- regulamentação da lei nº 11.442/07: resolução ANTT nº 3.056/09 (disciplinamento do setor);
- regulamentação da jornada de trabalho/tempo de direção (através de ficha, tacógrafo e outros equipamentos eletrônicos similares);
- idade máxima para caminhões que operem em rotas de longa distância;
- inspeção de segurança veicular e de emissão de gases;
- transporte rodoviário de produtos perigosos;
- movimentação de cargas (no âmbito do CNAE nº 4930-2);
- buscar o aperfeiçoamento da legislação no sentido de responsabilizar solidariamente as empresas contratantes de serviço de transporte pelos danos causados a terceiros;
- alteração da interpretação atual para não considerar os motoristas no cálculo de cotas de deficientes físicos e aprendizes.

3 - Formação em SST

Estabelecer processo de consulta tripartite sobre **e implementar, com o envolvimento, entre outros atores, do SEST/SENAT e dos sindicatos de trabalhadores:**

- a) **Aperfeiçoar e/ou incluir conteúdo de SST na grade curricular dos cursos profissionalizantes, técnicos e superior relacionados ao setor (ex: cursos de formação e reciclagem previstos na Resolução nº 168/2004 do Contran);**
- b) **Adequação dos conteúdos dos cursos de CIPA às especificidades do** setor;
- c) Capacitar os micro e pequenos empreendedores do setor, envolvendo o SEBRAE;
- d) **Estimular a implantação de cursos de qualificação para o setor no Plano Nacional de Qualificação - PNQ do MTE, com a incorporação de conceitos mínimos de SST.**

e) Capacitar dirigentes sindicais em SST.

- **Curso desenvolvido pela Fundacentro de qualificação em SST para o transporte rodoviário – programação para 2009: BA (2 cursos), SE, RJ e MS.**

4 - Fiscalização e Vigilância em Saúde do Trabalhador

Ação coordenada entre a Vigilância em Saúde do Trabalhador e a fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, com pilotos de atuação a partir das regiões/locais de maior sinistralidade.

- **UFs prioritárias: São Paulo (Sudeste), Paraná (Sul), Goiás (Centro-Oeste) e Bahia (Nordeste);**

- **Reunião, realizada em 5 de maio, entre MS, MTE, MPS e representantes das SRTE e SES das 4 UFs prioritárias (ausência, justificada, da SES-SP);**

- **Exemplo de questões a serem analisadas:**

- **análise de acidentes com a participação dos sindicatos de trabalhadores;**
- **controle da jornada de trabalho via fichas, tacógrafo e outros equipamentos eletrônicos, com co-responsabilização do contratante (transportadora e/ou embarcador que contrata o autônomo);**
- **terceirização;**
- **pontos de apoio;**
- **transportadores autônomos;**
- **CIPA e SESMT.**

5 - Campanhas

a) Campanha na mídia dirigida para este fim (TV, rádio, jornais, revistas especializadas), além do envolvimento das entidades sindicais e de empregadores (cartazes, folhetos, etc.), envolvendo os ministérios e agências reguladoras e ocupação de espaços de utilidade pública em rádio e TV;

- divulgar listas das empresas que aderirem ao termo de compromisso mencionado na letra g do item 1.

- divulgar listas das transportadoras com menores índices de acidentes (considerar nesse cálculo os acidentes com autônomos contratados por elas) e boas iniciativas de SST.

b) Campanhas específicas direcionadas para estatais e empresas envolvidas no PAC;

c) Utilização dos espaços públicos tanto nos Ministérios do Trabalho e Emprego (SRTEs), e rede do Sistema Público de Emprego, Ministério da Saúde (SUS – RENAST), Agências da Previdência Social, Fundacentro;

d) 28 de abril – atividade das centrais sindicais na Câmara dos Deputados, em Brasília (setor transporte foi um dos temas de discussão);

e) 25 de junho – VI Seminário de Gestão de Segurança, Saúde e da Relação do Trabalho nas Empresas de Transporte de Cargas – São Paulo – organização: Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas de São Paulo e Região (SETCESP) e Federação dos Rodoviários e coordenação: SRTE – início do processo de organização em abril;

f) Semana Internacional de Ação no Transporte Rodoviário – organização: ITF (Federação Internacional dos Trabalhadores no Transporte) – provavelmente em outubro – possibilidade de propor itens na programação.

6 - Estudos e Pesquisas

a) **Desenvolver e propor** estudos e pesquisas relevantes voltadas para a redução de acidentes e melhoria das condições de trabalho no setor, discutidos de forma tripartite, além do aperfeiçoamento do NTEP;

- estudo da matriz (CNAE x CID) do NTEP em andamento (termo de cooperação técnica entre MPS e UnB) – levantamento pelo MPS das CID relacionadas ao CNAE do TRC.

b) Desenvolvimento de programas junto a Fundacentro e outras instituições;

- projeto de estudo da Fundacentro sobre condições de trabalho dos condutores de veículos de carga em andamento nas regiões Sudeste (SP, MG e ES) e Centro-Oeste (GO e MT);

- projeto da Fundacentro de qualificação de trabalhadores do TRC nas regiões Sudeste (SP, MG e ES), Centro-Oeste (GO e MT);

- programar apresentação dos projetos da Fundacentro na próxima reunião do GTS-TRC.

c) Análise detalhada dos acidentes ocorridos no setor, priorizando os graves e fatais.

- estudar a possibilidade de implementar, a princípio nas UFs prioritárias, investigações de casos selecionados, com o envolvimento dos setores governamentais, representações de trabalhadores e empregadores.

7 - Crédito especial

Linhas de crédito especiais e outras políticas de benefícios, com controle social, para incentivar a melhoria ambiental e de condições de trabalho nos setores econômicos envolvidos via FAT, BNDES e Bancos Oficiais.

- renovação da frota brasileira de caminhões – proposta da CNT apresentada na reunião da CT-SST em 24/03/09;
- participação das representações dos trabalhadores na fiscalização da aplicação dos recursos.

8 - Banco de Dados

Aperfeiçoamento e integração das bases de dados relacionadas ao setor.

- criação de um banco de dados nacional sobre acidentes de trânsito envolvendo o TRC;
- MPS (Dataprev), MTE e MS (Datusus/Sinan);
- Renavan e Renach (carteira de habilitação) (Denatran), Registro Nacional do Transportador Rodoviário de Cargas (RNTRC) (ANTT) e DPVAT (Fenaseg);
- Polícia Rodoviária Federal e Estaduais;
- Concessionárias de rodovias (ABCR) – estatísticas de circulação e de acidentes envolvendo o TRC;
- Seguradoras/corretoras de cargas/gerenciadoras de risco – dados de valores de carga transportada e de acidentes;
- Contran – sistema nacional de prevenção, fiscalização e repressão ao furto e roubo de veículos e cargas (Lei Complementar nº 121/06).